

TRABALHO JUVENIL, UMA CATEGORIA EM EXTINÇÃO? Entrevista com Rosilene Alvim

Mônica Franch

O nome de Rosilene Alvim, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, está intimamente ligado ao desenvolvimento dos estudos sobre infância e juventude no Brasil. Formada em Filosofia pela UFRJ, Rosilene Alvim cursou mestrado e doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional, desenvolvendo pesquisas na região Nordeste sobre as temáticas trabalho, família e classes populares. No doutorado, enquanto estudava a formação das famílias numa vila operária na cidade de Paulista, entrou pela primeira vez em contato com a problemática do trabalho infantil, interesse que se desdobraria em análises posteriores sobre infância, com destaque especial à situação da infância nos grupos populares e aos debates suscitados em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente. Já nos anos 1990, a autora começou a se interessar pela juventude, acompanhando o deslocamento de interesses da opinião pública da categoria “adolescente” para a de “juventude”. Entre suas publicações recentes, destacamos a organização de duas coletâneas sobre jovens, em conjunto com Tereza Queiroz e Edísio Ferreira, publicadas pela Editora Universitária da UFPB, além de uma contribuição à Revista *CAOS*, dos alunos da graduação em Ciências Sociais¹. Nesta entrevista, Rosilene Alvim apresenta dados de pesquisa recente em três escolas públicas do Rio de Janeiro e nos alerta para o perigo de aderirmos a modismos no debate sobre a juventude nos seus diversos contextos.

P&T: Existe um importante debate hoje a respeito da perda da centralidade das instituições, principalmente do trabalho e da escola, para a compreensão da vivência juvenil. Começando pelo trabalho, como você entende essa questão, especialmente no que tange a juventude pobre, que muitas vezes está fora do mercado de trabalho?

¹ Os livros são: *Jovens & Juventudes*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005; *Reconstrução da Juventude: cultura e representações contemporâneas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2004. O artigo, intitulado “Escola pública: escola de pobres. Escola Pobre?”, foi publicado na *Revista Caos*, número 5, agosto de 2003. www.cchla.ufpb.br/caos/número5.html

A categoria trabalho foi estudada por economistas clássicos considerando a categoria valor. O trabalho transmitiria valor ao produto e o trabalhador seria o meio de transmissão deste valor ao produto. De uma maneira geral, quando se pergunta aleatoriamente o que é trabalho para pessoas que estão fora do processo produtivo, o trabalho se associa também a uma forma de ação necessária para se obter um meio de sobrevivência. Alguns dizem “meu trabalho não produz nada, mas eu posso consertar coisas, limpar paredes, pintá-las e tudo isto é importante para que outros produzam melhor ou que melhor possam viver”. Trabalho não está ligado somente à produção, no entanto ele significa uma forma de ação. Leva à ocupação e permite viver.

Para analisar o tema trabalho, quando são considerados jovens e adolescentes das classes populares, verifica-se que existem conceitos e preconceitos sobre o trabalho do jovem e do adolescente principalmente quando se considera a relação entre criminalidade e escola.

P&T: Que tipo de preconceitos? E como eles estão presentes nos trabalhos sobre juventude?

Nos dez últimos anos, o crescimento do tráfico de drogas nas grandes cidades brasileiras vem reforçando a importância do trabalho como forma de evitar a entrada de meninos e meninas pobres no mundo do crime. Estes meninos e meninas são recrutados nas suas comunidades de origem (bairros populares e favelas) e nessa atividade ilegal ganhariam mais que seus pais. E, a partir desta articulação do trabalho em oposição ao mundo da droga, surge o senso comum que parece “contaminar” o “mundo” do discurso sociológico, eclipsando o tema da escola para as crianças e adolescentes das classes populares. Esta secundarização se faz presente mesmo quando a escola é o sujeito da pesquisa, e raramente ela é vista por si mesma, com sua dinâmica interna, sua estrutura e suas relações próprias e, principalmente, na forma pela qual o ensino é concebido e transmitido aos alunos.

Somente em uma pequena parte de estudos recentes sobre a escola pública no Brasil a relação professor/aluno e a estrutura de funcionamento interno são analisadas. O que parece interessar cada vez mais é a violência praticada na escola por meninos e meninas pobres, marcados por sua filiação ao mundo da droga. Esta forma de ver a escola das classes populares reforça o discurso da necessidade do trabalho precoce para este grupo social.

P&T: Como se encaixam suas pesquisas recentes sobre escola neste cenário?

Considerando este campo de estudo, minha reflexão toma o espaço da escola pública como o foco da pesquisa. A partir de uma primeira sondagem

em três escolas situadas em bairros populares e favelas é possível ver como as questões ligadas à disciplina explicam mais a violência que permeia a escola, do que uma violência que viria de um pertencimento desses jovens a formas de transgressão da lei.

É possível ver a ligação desses alunos ao mercado de trabalho e como as diversas atividades em que estão envolvidos se relacionam com a escola, a família e a criminalidade. Por outro lado, não se pode ignorar que neste espaço se faz presente um conjunto de indivíduos diferenciados em termos de sexo e de cor.

Depois de vários anos preocupada com a questão do trabalho de crianças e de adolescentes², e da constatação da ausência de pesquisas que relacionem de forma sistemática escola e trabalho, tenho procurado pensar tal relação a partir de sugestões contidas nos trabalhos de Costa Ribeiro, Eleonora Cruz e Ricardo Paes e Barros e Felícia Madeira.³

P&T: E de seus próprios trabalhos, imagino...

Também. Originalmente, o estudo de caso de uma fábrica com vila operária em Paulista, Pernambuco, me levou a analisar o trabalho infantil na fábrica têxtil que aliciou um grande contingente de famílias de camponeses e de pequenos produtores das áreas rurais próximas a Paulista (cidade próxima a Recife, até os anos 30 pertencente ao município de Olinda). Na época, procurei mostrar como o trabalho de crianças era importante para a reprodução da família na vila operária e quais as concepções e valores ligados à infância e ao trabalho. Observei então que a discussão nacional em torno de legalidade do trabalho infantil, apesar de incorporar a obrigatoriedade da frequência à escola dos

² Trabalhos publicados pela autora: "Trabalho infantil e Reprodução Social". In: Machado da Silva (org) *Condições de Vida das Classes Populares*, 1982, Zahar Editores; "O Trabalho Infantil", In: *A Constituição da Família e Trabalho Industrial*, Tese de doutorado, 1985. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ; "O Trabalho Infante-Juvenil em Discussão". In Martins, Heloísa e Ramalho, José Ricardo (orgs.); "Trabalho Infantil: Diversidade e Exploração". In: *Anais da ABET; Congresso de 1992*.

³ Os trabalhos referidos pela Prof. Rosilene Alvim são: Cf. R. Cervini & F. Burger, "O menino trabalhador no Brasil", in A. Fausto e R. Cervini (org), *O Trabalho e a Rua; Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos anos 80*, São Paulo, Cortez Editora, 1991, pp. 17 a 46; Ricardo P. de Barros, Eleonora Cruz Santos, Rosane Pinto de Mendonça, "Pobreza, Cor e Trabalho Infante-Juvenil", in A. Fausto e R. Cervini (org), op.cit.; Rosa Ribeiro e Ana Lúcia Saboia, "Crianças e Adolescentes na Década de 80: Condições de Vida e Perspectivas para o Terceiro Milênio" in I. Rizzini (org), *A Criança no Brasil Hoje, Desafio Para o Terceiro Milênio*, Rio, Editora Universidade Santa Ursula, 1993. MADEIRA, Felícia R. Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas. In: *São Paulo em Perspectiva*, nº 7 (1), 1993. P. 70-83.

trabalhadores menores de idade (na época do primeiro Código de Menores de 1927 a idade mínima legal foi fixada em 14 anos), havia uma aceitação do fato de que a criança pobre necessita trabalhar e, sendo assim, é melhor que trabalhe e não se torne criminosa, ao mesmo tempo em que ajuda na complementação da renda familiar e, através do trabalho poderá se tornar um bom cidadão, um bom trabalhador para o país.

Mudam as condições históricas, as condições sócio-econômicas, e estas pré-construções permanecem: fazendo-se da necessidade uma virtude, incorpora-se as benesses do trabalho precoce para crianças e adolescentes de origem popular. Trabalhando, meninos e meninas das classes populares não entrarão para o narcotráfico, ajudarão na renda familiar, e serão homens e mulheres de bem. A incorporação da necessidade do trabalho precoce como forma de evitar a criminalidade e melhorar a renda familiar, permitiria a construção de uma identidade de trabalhador precoce; que, ainda, é parte também das representações das classes populares.

P&T: Se a necessidade vira virtude, como essa questão é encarada pelas políticas públicas, principalmente em relação à escola?

A pobreza faz com que se tolere e se justifique que milhares de crianças e de adolescentes precocemente participem de um mercado de trabalho em condições de exploração que comprometem seu desenvolvimento físico, mental e cultural. Sempre me surpreendeu que a questão da escola não tivesse uma importância maior nos debates e políticas públicas durante todos estes anos em que a legislação, que protege os menores de 18 anos, vem sendo modificada e difundida na sociedade. Exemplos de outros países nos permitem realizar este estranhamento: a questão social que ali envolveu e envolve ainda crianças e adolescentes de meio popular vem sendo enfrentada numa relação estreita com a escolarização.

Um ponto que quero tratar, e que já foi de forma bastante enfática e competente tratada por Paes e Barros e Cruz e Felícia Madeira, é a afirmação de que a pobreza é causadora do abandono da escola quando se trata de crianças de origem popular nas escolas públicas. Diante de tal afirmação, Felícia Madeira contrapõe a seguinte frase: “A escola agradece, obrigada”. Paes e Barros e Cruz também relativizam esta estreita e única relação entre pobreza e trabalho, mostrando através de análise estatística que a entrada precoce no mercado de trabalho muitas vezes se deve às condições estimulantes deste mercado, em contraposição a certa incompetência da escola em reter jovens em seu espaço.

Costa Ribeiro de forma pioneira demonstrou, a partir de resultados de pesquisa, que existe um problema interno à escola, ao ensino, que faz com que as

crianças repitam sistematicamente as mesmas séries e circulem por várias escolas. Tal quadro pode estimular o abandono da escola, mas o que de fato ocorre é que crianças e jovens nesta situação levam um tempo maior nas séries em que estão inscritos.

Madeira também se atém a esta questão da escola pública enquanto instituição universalizada na sociedade brasileira, atingindo principalmente crianças e adolescentes das classes populares, que, no entanto, não se encontra preparada para tal fim, fazendo com que estes jovens permaneçam mais tempo na escola. Chama atenção também para o fato de que adolescentes em São Paulo que trabalham e frequentam a escola noturna são tratados ora como crianças, ora como adultos, pelo fato de serem trabalhadores, mas apesar de permanecerem mais tempo do que o previsto nos bancos escolares, a maioria tende a concluir o curso em que se inscrevem.

P&T: Essas abordagens implicam olhar para a escola a partir de seus próprios problemas, mas grande parte dos estudos aponta para os problemas externos, como o tráfico de drogas. Como você vê isso?

Como já mencionei, um outro tema que se relaciona com a escola é o da criminalidade, do narcotráfico. Alguns estudos recentes reafirmam um senso comum com pretensões analíticas que os adolescentes das escolas públicas que não entram para o narcotráfico são na realidade sobreviventes, reforçando assim as pré-construções que vêem como externas as causas das dificuldades da escola pública em cumprir sua missão.

Aos temas da necessidade do trabalho precoce, da pobreza como fator que leva ao trabalho e à não frequência à escola e da criminalidade como fator de explicação pelo insucesso da escola pública, juntam-se os temas das relações de gênero e da cor.

Afirma-se, e aqui já há uma tentativa de buscar as causas do insucesso escolar na própria escola, que o racismo da sociedade brasileira, incorporado nos professores, faz com que os negros sejam discriminados contribuindo para um alto grau de repetência e com isto um aproveitamento escolar insuficiente.

A questão de gênero aparece também como um fator de exclusão, procedente da mesma matriz: incorporada nos agentes escolares, tal fator tenderia a tratar diferencialmente meninos e meninas, estimulando mais os alunos do sexo feminino do que os do sexo masculino. O que parece acontecer é que os adolescentes do sexo masculino são mais “rebeldes” e estariam mais ligados às atividades vistas como ilegais e perigosas. Por outro lado, os meninos seriam menos exigidos por suas famílias em relação ao rendimento escolar, ao mesmo tempo em que o cuidado com sua permanência no espaço privado familiar seria

menos cobrado se considerarmos tal preceito em relação às meninas. Essa visão diferente do que são meninos e meninas terminaria por facilitar às meninas um melhor rendimento escolar.

P&T: Mas essas interpretações não foram confirmadas em sua pesquisa. O que você encontrou?

A partir do estranhamento das pré-construções acima mencionadas é que, ao analisar as representações de estudantes de uma escola pública do ensino fundamental, pude ver como as relações entre trabalho, escola, criminalidade e família não surgem como particularmente articuladas, de forma a determinar que o jovem pobre necessariamente esteja em vias de tornar-se um criminoso e que a escola tenha pouca importância visto que ela não os levaria à obtenção de um lugar no mercado de trabalho. Além disso, o adolescente jovem (de 14 a 18 anos), ou o classificado como jovem-jovem (de 18 a 24 anos) pelo Plano Nacional de Juventude, que estivesse fora da escola e sem trabalhar, seria aquele mais propício a entrar em atividades criminosas. Durante a pesquisa verificou-se que nem todos aqueles que estavam nesta situação como irmãos, parentes e vizinhos dos jovens entrevistados eram pessoas do mundo do crime. Uma série de ocupações, consideradas trabalho por este grupo social, foi mencionada, tais como produtores de bailes *funk*, carregadores de cerveja para os bares da favela e pequenos trabalhos de entrega não formais em supermercados e armazéns do bairro.

P&T: Como foi a pesquisa?

A pesquisa realizada teve a duração de um ano e contou com a participação de alunos de iniciação científica do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Infância e Juventude. A escola escolhida e que nos deu permissão de pesquisar foi uma escola na Zona Norte do Rio de Janeiro. Apesar de a escola ter também o ensino médio, me ative a discutir o tema da pesquisa, principalmente centrado no trabalho com professores, funcionários e alunos do ensino fundamental.

As entrevistas abertas procuravam descobrir a visão de alunos, professores e funcionários sobre as possíveis relações entre as categorias, trabalho, escola e violência, geralmente apontadas como problemas para o funcionamento da escola.

P&T: As primeiras conclusões sobre essa pesquisa foram publicadas num artigo da CAOS, aqui da UFPB⁴. Mas um tema que aparece ainda embrionário nesse artigo é

⁴ Ver nota 1.

a relação escola/trabalho, que você tem mencionado bastante ao longo da entrevista. O que você teria a acrescentar?

Quando apliquei a um grupo de alunos da escola uma atividade sobre a relação trabalho e escola, tive a surpresa de verificar que trabalho, escola, família e trabalho ilegal não eram vistos sempre como opostos e excludentes. O trabalho no narcotráfico era classificado como trabalho, porque exigia horário, atividade e salário. Mas, quando era comparado ao trabalho legal dos chefes e mães de família era considerado como ilegítimo e perigoso, inferior ao trabalho legal, principalmente por seus praticantes terem que fugir da polícia e fazerem a família sofrer. Havia, no entanto certa compreensão para este tipo de atividade porque permitia ganhar algum dinheiro para as famílias desses jovens, geralmente vizinhos e colegas de infância, em situação de desemprego.

No entanto, a escola nunca apareceu como algo inútil; através da escola esperavam se capacitarem para empregos como caixa de supermercados e trabalhadores de fábricas em que pudessem aprender profissões valorizadas no mercado de trabalho. Neste caso, admitiam frequentar a escola até o fundamental. No caso de trabalhos como caixas de supermercados e serventes, a continuidade da escola, no ensino médio, poderia se dar à noite.

A partir destes breves comentários sobre a categoria trabalho penso que vários pressupostos sobre a sua pretensa desvalorização por parte de estudantes das escolas públicas, e de jovens pobres em geral, partem do desconhecimento da representação da categoria para este segmento da população que tem procurado sua sobrevivência não exclusivamente em atividades ilegais, mas tem criado formas de sobrevivência, algumas das quais das mais criativas, as quais consideram trabalho. Fui surpreendida por atividades como venda de velas em diversas festas de santos no Estado do Rio. Tais jovens se locomoviam para diversos espaços nos quais vendiam suas velas e camisas com desenhos em grafite.

Cabe, portanto, retomar a discussão sobre o trabalho precoce como fazem os autores que mencionei no início desta conversa, complementando-o com estudos de caso. Tais considerações devem estar presentes em propostas de políticas públicas, ligadas à escola e a formação profissional.

